

# LINGUÍSTICA... PARA POETAS:

## o papel e as inter-relações das Ciências da Linguagem perante as outras ciências

*José Teixeira*  
ILCH-Universidade do Minho  
jsteixeira@ilch.uminho.pt

No fim de uma das primeiras aulas de mestrado (2001/2002), o funcionário da Universidade, ao ir recolher o projector do computador, virou-se para mim e para os alunos que estavam na sala e saiu-se com esta:

– Sabe Sr. Professor, o Mestrado de Linguística não devia ser só para estes alunos; devia ser para muito mais gente desta Universidade!

Tendo em conta que vivemos numa Universidade em que todas as áreas e departamentos partilham os mesmos espaços lectivos, honestamente que fiquei admirado com a popularidade que imaginei ter já, sobretudo entre os funcionários, o nosso Mestrado. E é claro que lhe perguntei:

– Mas então porquê?

– Sabe – diz ele – o outro dia entrei eu numa sala e ouvi uma professora dizer para os alunos: “Sexta-feira não houveram aulas, pois não?” e os alunos a responder “Houveram, houveram!”. E então – continuou o funcionário – eu disse-lhe assim (não sei se lhe disse ou não, mas o certo é que ele me disse que disse): “Oh!, Srª Professora, então não sabe que não se diz ‘houveram’ e se diz ‘houve’”? É por isso Sr. Professor – rematou – que eu acho que muita gente devia vir para este Mestrado!

Situações como esta, ou parecidas, já todos ou quase todos presenciámos. Perante elas, sinto-me quase sempre desconfortável, porque as pessoas querendo ser simpáticas para com os linguistas, acabam por revelar o conceito que há sobre o que é a Linguística: é o que diz o que está certo ou errado; é a polícia da língua; é quem decide o que é que é linguisticamente correcto ou incorrecto; é uma espécie de Dona Paula Bobone que ensina as boas maneiras do falar.

Neste caso, a ideia que o funcionário fã da Linguística tinha é a de que um Mestrado serve para ensinar que não se diz “houveram”, mas “houve”; por isso é que, segundo a respectiva opinião, muita gente precisaria de fazer o

Mestrado em Linguística. Claro que ele – pressupõe-se – não precisa, porque já sabe que não se diz “houveram”!

Vem isto a propósito de um ponto de reflexão que a Comissão Organizadora deste encontro me permitiu expor: que papel social e científico deve, hoje, reivindicar a Linguística?

Percebo que haja quem pense que isto não deve preocupar os linguistas. Gostaria era também que admitissem que pode haver quem se preocupe com ele. E, na minha opinião, se deva preocupar. É que, cada vez mais, o mundo da ciência é composto por uma interligação de pesquisas e de intercâmbios. Se a Linguística não fizer passar uma imagem o mais correcta possível do que faz e do que pretende fazer, terá dificuldade em ocupar o lugar a que tem direito nesse mesmo mundo da ciência e da investigação. E isto não é só uma questão de brio; é também – ou sobretudo, como se quiser – uma questão de sobrevivência económica.

Se repararmos, todas as áreas da ciência estão, mais ou menos, integradas no modelo mental que o cidadão comum e o cientista possuem sobre a sociedade: toda a gente tem uma ideia mais ou menos aproximada do que é e da importância que têm as ciências económicas, as ciências da saúde, as ciências sociais, o direito, a literatura, etc. E sobre as ciências da linguagem ou Linguística? Ah, sim, isso serve para ensinar que não se deve dizer “houveram”.

E não se pense que o papel atribuído à Linguística pela comunidade académica em geral é mais adequado: anda, mais ou menos, pelos mesmos moldes. Nunca lhes aconteceu um colega engenheiro, sociólogo ou de direito sair-se com coisas parecidas com esta: “Olha lá, já que és linguista, diz-me cá: diz-se *assim* ou *assado*?”

Não admira, por isso, o conceito que o dicionário, talvez o mais utilizado no país (Porto Editora, última edição -8ª-) tem sobre a Linguística e os linguistas. Aquela consiste no “estudo comparativo das línguas humanas” (uma razoável definição... para o século XIX) e um linguista é (a definição completa) uma “pessoa versada em línguas”. Ou seja: conhece muitas línguas, sabe muitas línguas. Mas repare-se: estes conceitos aparecem numa obra que, em princípio, deveria ter sido coordenada por linguistas!

Não admira, assim, que Jackendoff comece um dos seus artigos recentes com uma pergunta que lhe fizeram: “Ai é linguista? E então, quantas línguas é que fala?”

Bem sei que as Ciências da Linguagem constituem um grupo relativamente jovem no meio das chamadas ciências tradicionais. Mas penso estar na altura de se imporem e de se assumirem como ciências interventivas em múltiplos domínios que já lhes deveriam dizer respeito.

E posso referir alguns.

Em primeiro lugar, na política da língua.

Roça o escândalo (eu ia escrever “para mim”, mas penso que é para todos) a preparação de análise da língua (ou melhor, a falta dela) que os alunos dos cursos de letras têm à entrada da universidade. São muito raros os que conseguem analisar as estruturas sintáticas e morfológicas básicas de uma frase; não conhecem a morfologia verbal; fazem análises do género em que se classifica *com* como um “pronome de companhia”. O panorama é tão assustador que já levou algumas universidades, incluindo a minha, pela primeira vez este ano (2001/2002), a criarem uma cadeira opcional de preparação ou bases de análise para a língua portuguesa. Resultado: houve algumas inscrições... sobretudo dos alunos pré-estagiários. Os do primeiro ano... não precisam.

Isto acontece porque em todo o ensino secundário praticamente não se leccionam conteúdos de análise linguística. Pelo menos é o que os alunos dizem ao chegarem à universidade. E para que é que se haveria de leccionar? No exame ninguém pergunta isso!

Vi, por acaso, num jornal, na altura de exames, este ano, duas provas nacionais do 12º ano da disciplina chamada “Língua Portuguesa” com as respectivas correcções. Não encontrei uma única questão que exigisse análise linguística!

Admira-me como é que isto não preocupa (se preocupa não se nota) os linguistas e as respectivas associações. Não se compreende que a disciplina de Língua Portuguesa se reduza, na prática, a conteúdos de análise literária. Eu atrever-me-ia mesmo a dizer que deveria haver uma disciplina mesmo de língua portuguesa, diferente de uma outra de literatura portuguesa. E nestes aspectos, os linguistas deveriam exigir ter mais do que uma palavra a dizer.

Esta subalternidade da Linguística relativamente à Literatura também resulta da ligação umbilical que uma e outra têm mantido na orgânica universitária. Tradicionalmente, a Linguística *acrescentou-se* aos cursos de Literatura. Ficou amarrada às “Letras”, aos profissionais do texto poético. Foi assim, em grande parte, uma Linguística para poetas.

Felizmente que o cordão umbilical tem vindo a dar mostras de já não ser vitalmente necessário. A existência de cursos universitários designados “Linguística” é prova disso mesmo.

É na simbiose entre a sua autonomização e em simultâneo a sua inserção em programas comuns de investigação e trabalho com outras áreas que a Linguística deve prosseguir. Sendo a linguagem, inquestionavelmente, a faceta mais humana das actividades humanas, não se compreende que não queira para si um papel de relevo no estudo e compreensão dos fenómenos humanos. As chamadas Ciências Cognitivas, neste âmbito, têm dado uma boa ajuda ao redimensionarem a relação e o papel da língua relativamente a todos os mecanismos cognitivos do ser humano.

Nesta perspectiva, a Linguística poderá ter uma relação privilegiada com a Psicologia, com a Neurologia, com a Linguagem artificial (entre outras áreas do saber). Mas isto implica que tem que se impor e mostrar a mais valia que podem oferecer os linguistas para trabalhar com psicólogos, neurólogos ou engenheiros de linguagens informáticas, em vez de, como vem acontecendo, haver um psicólogo, um neurólogo ou um informático que é autodidata em qualquer coisa relacionado com Linguística.

A Linguística terá de deixar de ser vista acompanhando apenas as letras e a literatura: sem deixar de ser **também** uma Linguística para poetas, terá que querer colaborar com todos aqueles que lidam com aspectos que impliquem a compreensão do fenómeno linguístico.

E há muito campo onde a Linguística deverá participar.

É indubitável que os Cursos de Comunicação Social são actualmente dos mais pretendidos pelos alunos à entrada do ensino superior. Na respectiva estruturação, se os departamentos de Linguística só tiverem para oferecer as tradicionais Fonética, Morfologia, Sintaxe e Semântica e, ainda por cima, demasiadamente teóricas e muitas vezes alicerçando-se apenas numa teoria linguística sumamente complexa para neófitos, é evidente que esta Linguística não lhes interessa. Mas terão de ter interesse, com certeza, pela compreensão do sistema linguístico enquanto sistema alicerce de toda a comunicação social: compreender as suas especificidades relativamente a todos os outros sistemas semióticos, compreender o papel da língua enquanto estrutura social, compreender que há variedades geográficas, sociais e situacionais nas línguas, compreender a relação entre a norma e os desvios, implicando conhecer a primeira e compreender cientificamente os segundos.

A Linguística terá que oferecer cadeiras que contemplem estes e/ou outros conteúdos práticos necessários e adaptados aos públicos a que se destinam. Será que estas matérias nos cursos de comunicação social estão sob a responsabilidade ou orientação de linguistas? Ao que sei, nem sempre.

Pode dizer-se que os linguistas não se podem intrometer à força em qualquer curso. Mas não é disso que se trata. Além disso há mecanismos que podem utilizar para chamar para a Linguística o que para ela deve ser chamado. Os cursos universitários em Portugal são, de vez em quando, avaliados até ao último pormenor por comissões encarregadas e pagas para isso e nomeadas pelo Ministério da Educação. Já se imaginou numa dessas avaliações, por exemplo num curso de Medicina, encontrar-se a Anatomia leccionada por um filósofo? Imediatamente haveria pressões para ser alguém da medicina a leccionar a disciplina. E por que não, nessas avaliações, fazer ver a preferência de também nesses cursos serem linguistas a leccionarem cadeiras de Linguística? Claro que isto só pode acontecer se a comunidade

social e académica tiver a percepção, o mais correcta possível, do papel e da função do linguista.

O que me parece é que isso está longe de acontecer. Na sua edição de (17/11/01:19) o semanário *Expresso* noticiava a necessidade sentida de se estudar melhor, para a mudar, a linguagem jurídica.

Com quem será feito esse estudo?

Com os jornalistas...

O título da notícia é “Juizes e ‘media’ querem mudar linguagem jurídica”. Lá se diz que “juizes e jornalistas estão a preparar um seminário conjunto, onde pretendem definir novas regras de funcionamento comum. Isto é, encontrar uma forma de clarificar os termos jurídicos, sem deturpar o sentido.” (fim de citação) A Lexicologia, a Lexicografia, a Semântica, a Pragmática ou seja, a Linguística em geral não vai ter nada a ver com isso...

E não vai ter nada a ver, também porque, quanto a mim, na própria estruturação dos cursos de Direito ainda não se viu a utilidade de perceber todo o processo jurídico como alicerçando-se numa língua natural. Quantas questões jurídicas não são questões semânticas? Fornecerão os cursos de Direito bases científicas aos alunos sobre o que é uma língua, sobretudo no seu aspecto semântico-pragmático? Não caberá aos linguistas reivindicarem a mais-valia que, nesse aspecto, podem fornecer?

Em bastantes outras áreas, a parceria com a Linguística seria também aconselhável e, com certeza, proveitosa para todos os lados envolvidos: entre outras, na Antropologia e Sociologia em tudo o que tenha a ver com a língua como sistema humano e social, por excelência, de comunicação; na Psicologia e Medicina, nas aspectos ligados à aquisição e desenvolvimento da linguagem, às patologias da fala, aos mecanismos de processamento das conexões cerebrais no domínio do tratamento da informação. Como é evidente, mais do que esperar apenas que os outros domínios se aproximem, compete-nos a nós, linguistas, para utilizar a sacrossanta linguagem do mercado, oferecer produtos apetecíveis. E esses produtos nascerão necessariamente das interfaces que a Linguística souber fazer com as outras áreas do conhecimento.

Essas interfaces poderão ter, num futuro próximo, excelentes oportunidades de aparecerem.

Como é do conhecimento de todos, com a Declaração de Bolonha os países europeus comprometeram-se a criar um sistema de ensino superior que facilite o intercâmbio e a mobilidade dentro de cada país e dentro dos países da própria comunidade.

Isso está levar, como se adivinha, a que em Portugal, como noutros países, se estejam a reestruturar os cursos do ensino superior. No futuro, o sistema tenderá a facilitar que o aluno escolha, dentro ou fora do seu país, muitas das

disciplinas com as quais quer fazer a sua formação superior. O sistema de créditos ECTS, que inevitavelmente irá substituir o arcaico conceito de contar os créditos a atribuir aos alunos pelo número de horas que o professor lecciona, irá favorecer as disciplinas criativas e inovadoras e que saibam fazer pontes com vários ramos do saber. A Linguística terá que se capacitar que é neste mercado da ciência que terá que competir. Terá que provar a sua utilidade, terá que ter uma imagem social e académica atractiva e cientificamente justificável; terá que, na minha opinião, descolar das artes e passar para as ciências, ou seja, deixar de ser apenas uma Linguística para poetas.

Mas para que a Linguística desempenha cabalmente o seu papel no topo do sistema de ensino, terá forçosamente que acompanhar a aprendizagem reflexiva da língua-mãe feita na escola. Ler e desenhar, na aula de língua, a denominada Banda Desenhada, dramatizar os textos que se lêem, ler em voz alta depois de ter lido em voz baixa e outras estratégias pedagógicas serão, com certeza, úteis e, em certos casos, pertinentes. O que não podem é constituir em exclusivo, juntamente com a história da literatura, qualquer coisa a que se chama “Língua Portuguesa”. Um aluno pré universitário, sobretudo se vai estudar línguas, deveria saber não só escrever um texto são e escorreito, como conseguir analisar basicamente as estruturas da sua língua. Deveria saber que letras e sons não são a mesma coisa; saber distinguir análise morfológica de sintáctica; não confundir categoria e função. Mas como é que podem saber se, em primeiro lugar ninguém lhes vai perguntar isso, e, por vezes, alguns professores de língua (eu escrevi apenas “alguns”) o não sabem? Estando eu já há alguns anos a atender alunos na Universidade Aberta, quantos alunos-professores com 5, 10, ou 15 anos de experiência profissional me apareceram a não saberem distinguir aqueles conceitos? (Como isto é uma pergunta retórica, não preciso de dar resposta.)

Para a imagem deturpada que a sociedade tem dos linguistas, têm contribuído bastante, embora sem intencionalidade, os meios de comunicação social. Para os média, a preocupação que têm com a língua é a normatividade: o clássico falar e escrever correctamente segundo as normas da gramática. Como hoje só existe o que existe na televisão, que serviço é que esta requisita a algumas pessoas a quem identifica como “linguistas”? O irem lá corrigirem alguma coisa que acham que está errado na forma de utilizar a língua. Ouve-se alguém a dizer, imaginemos: “No mercado os diospiros estavam caros.”. De repente a imagem e o som param e aparece o dono da norma: “*como disse?! Diospiro?! Não sabe que não se pode dizer diospiro, mas dióspiro? Vem do grego dióspuroV, etc...*”

E pronto! Aí está a lição de “linguística” dada. O locutor de serviço louva a sabedoria demonstrada, e promete que vai passar a dizer *dióspiro*.

É este papel de revisor ortográfico oficial que preenche praticamente na globalidade a imagem social (e acadêmica) feita sobre os linguistas. É este papel, quase em exclusivo, de polícia-talibã para o combate ao vício e defesa da virtude (virtudes e vícios linguísticos, claro...) que, penso, nos devemos recusar a desempenhar como vocação prioritária. Isto dá do linguista a imagem do *magister dixit* medieval: a sua “ciência” consiste em saber muita coisa sobre o como-deveria-ser em vez de explicar o porquê do como-é. Uma espécie de revisor ortográfico com salário ao fim do mês, cujos mestrados fazem muita falta já que se destinam a ensinar que não se deve dizer que “sexta-feira não houveram aulas”.

